

**GRUPO ESCOLAR DE SABARÁ: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO (1907-1940)**  
*Sabará Elementary Schools: Building Up a Story (1907-1940)*

Francisca Izabel Pereira Maciel\*  
Tarcisio Mauro Vago\*\*  
Fernanda Cristina Campos da Rocha\*\*\*

**RESUMO**

Este estudo faz parte do Projeto Integrado de pesquisa intitulado: “Escolarização, culturas e práticas escolares: investigações sobre a instituição do campo pedagógico em Minas Gerais (1750-1950)” realizado pelo GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação da FaE/UFMG, no esforço de compreender o movimento de paulatina afirmação e institucionalização da escola em Minas Gerais, analisando os sujeitos e as práticas que o conformam. O conteúdo deste trabalho insere-se também no campo temático da História da Educação, mais especificamente relacionado à História das Instituições Educacionais. Tem como tema a problematização das questões relativas à história da instituição do campo pedagógico no processo de escolarização da sociedade sabarense, constituída no tempo, através de diferentes práticas e alguns personagens voltados para a organização escolar.

**Palavras-Chave:** Práticas escolares – instituições escolares – memória escolar

**ABSTRACT**

This study is part of the Integrated Research Project named: “Schooling, cultures and school practices: inquiries into the field of pedagogy in Minas Gerais (1750-1950)” conducted by GEPHE - Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação da FaE/UFMG (History of Education Study and Research Group of The School of Education of The Federal University of Minas Gerais). It aims to understand how schools in Minas Gerais slowly asserted themselves and became institutionalized and it analyses the subjects and practices related to them. The content of this study also concerns History of Education and, more specifically, History of Educational Institutions. It problematizes issues related to the constitution of the field of pedagogy in the schooling process in Sabará, and through different practices and characters involved in school organization.

**Key words:** School practices - educational institutions – school heritage

\* Doutora em Educação. Professora da graduação e da pós graduação da FaE/UFMG. Pesquisadora do GEPHE e do CEALE/FaE/UFMG. Contatos: franciscamaciel@terra.com.br

\*\* Doutor em Educação. Professor da graduação da EEF/UFMG e da pós graduação da FaE/UFMG. Pesquisador do GEPHE.

\*\*\* Aluna de graduação/Pedagogia da FaE/UFMG e bolsista do PIBIC.

Este estudo faz parte do Projeto Integrado de pesquisa intitulado: “Escolarização, culturas e práticas escolares: investigações sobre a instituição do campo pedagógico em Minas Gerais (1750-1950)” realizado pelo GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação da FaE/ UFMG. O trabalho que apresentamos é a continuidade de nossas pesquisas de doutoramento no campo da historiografia da educação em Minas Gerais, no esforço de compreender o movimento de paulatina afirmação e institucionalização da escola em Minas Gerais, analisando os sujeitos e as práticas que o conformam. O conteúdo deste trabalho insere-se também no campo temático da História da Educação, mais especificamente relacionado à História das Instituições Educacionais. Tem como tema as questões relativas à história da instituição do campo pedagógico no processo de escolarização da sociedade sabarense, constituída no tempo, através de diferentes práticas e alguns personagens voltados para a organização escolar.

Utilizando-se do paradigma da história cultural para análise de nossas investigações tem nos propiciado utilizar-se de fontes antes consideradas comuns. Este novo paradigma traz a possibilidade de o historiador não se ater a fontes excepcionais, mas utilizar-se de fontes comuns. Pode-se dizer que a abordagem da história cultural modificou o rumo das práticas historiográficas, que passam a considerar a “'experiência' dos homens, em seu tempo e lugar, crucial para o entendimento dos processos sociais” (GOMES, 1998). Reconstruir as práticas escolares no Grupo Escolar Paula Rocha desde a sua inauguração, em 1907, na perspectiva da história cultural possibilita-nos observar o social, sobretudo pela via da micro-história sem desconsiderar que a proposta da micro-história é pensar o individual inserido no coletivo, de modo que o individual não se opõe ao social. Como afirma Le Goff, 1989 não há oposição entre história local e história global; a primeira é uma modulação particular da segunda.

### **Emergência de uma nova cultura escolar em Minas Gerais**

Os tempos que se seguiram à Proclamação da República frustraram expectativas: o previsto não se materializava naturalmente — a instabilidade econômica e política do regime republicano materializava-se pelas ruas das cidades, na visibilidade da miséria e da presumida ignorância da população, especialmente aquela empobrecida, causas primeiras do atraso do País. Minas Gerais não ficaria imune.

Tais problemas fortaleceram a crença de intelectuais e políticos republicanos mineiros de que a construção de uma Nação e de um Estado prósperos dependia, em boa medida, de se lançar mão da escola como recurso civilizatório. O cenário tornou-se propício para a afirmação e legitimação de uma pedagogia moderna e científica, centrada na realização da tríade spenceriana “educação moral, intellectual e physica”, a começar pelas crianças.

A pretensão exigia um novo modelo escolar, que começou a se materializar com a reforma do ensino primário promovida em 1906 pelo governo mineiro, então presidido por João Pinheiro, tendo Carvalho Brito como Secretário do Interior. A grande novidade dessa reforma consistiu na instituição dos Grupos Escolares, a forma escolar que já estava difundida e consagrada nos EUA e em vários países europeus. Com eles, esperava-se realizar o que as Escolas Isoladas até então existentes, tidas por precárias e ineficientes, não poderiam conseguir: provocar o que o inspetor escolar José Rangel consagrou como “uma verdadeira revolução de costumes” no seio da população. Foi essa ambição que envolveu Minas Gerais em um movimento de afirmação de uma nova cultura escolar, a partir daquela reforma.

Doravante, da escola que se instituiu naquele período em Minas Gerais não mais se esperava que ensinasse apenas a ler, escrever e contar. Muito mais que instruí-las nesses rudimentos, o modelo escolar que surgia encarnou a esperança de intervir o quanto mais

<sup>1</sup> Cf. MACIEL, Francisca P. 2001; VAGO, Tarcísio M. 1999.

<sup>2</sup> José Rangel, inspetor escolar em Juiz de Fora (MG). (Cf. Arquivo Público Mineiro. SECRETARIA DO INTERIOR. Relatórios dos Grupos Escolares, 1907, SI 2829, 4ª Seção).

profundo fosse possível na educação das crianças, especialmente às provenientes de populações pobres: civilizá-las, arrancá-las do estado de indigência, impor-lhes uma transfiguração que faria delas potenciais construtores da prosperidade do Estado. Mais que instruir, educar; e, ainda, dar uma profissão. Impor novos hábitos culturais às crianças e ao mesmo tempo prepará-las para a sua inserção nas práticas do trabalho são duas pretensões de primeira grandeza atribuídas à escola. Sua necessidade foi produzida, dentre outros motivos, como recurso para sair da crise e construir uma República e uma economia prósperas. A escola passava a ser representada como “uma das faces educadoras e civilizadoras das populações pobres”, como escreve Luciano Mendes Faria Filho, 2001.

Nessa nova cultura escolar não caberia o saber produzido pelas populações pobres, desqualificado para dar lugar ao conhecimento consagrado como necessário à educação racional dos habitantes de um Estado e de uma Nação que aspiravam ao progresso. Conhecimento esse que deveria se materializar no programa prescrito legalmente pela reforma de 1906 para o ensino primário, que incluía as disciplinas de “Leitura, Escripção, Língua Patria, Arithmetica, Geographia, Historia do Brasil, Instrução Moral e Civica, Geometria e Desenho, Historia Natural, Physica e Hygiene, Trabalhos Manuaes e Exercicios Physicos”.

A esse conhecimento autorizado agregavam-se outros dispositivos, dentre eles, um minucioso regulamento do ensino, trazendo um código disciplinar que normatizava comportamentos, estabelecia muitas obrigações para as crianças e muitos poderes para os agentes escolares, além de impor a obediência a preceitos higiênicos e aos valores morais preconizados, por exemplo.

O movimento de afirmação social da escola não ocorreu, contudo, de forma harmônica e consensual, mas em meio a tensões estabelecidas com outras práticas culturais dos atores sociais. No caso mineiro, se a produção da necessidade da escola para civilizar as populações pobres e colocar o Estado nas trilhas da modernidade foi intensa, isso não significou imediata adesão da população. A escola não se impôs com facilidade. Exemplo é o fato de os pais não enviarem seus filhos e suas filhas para a escola porque precisavam deles e delas em pequenos trabalhos familiares; outro motivo era o fato de que muitas crianças estavam nas ruas da cidade, “em completa vadiagem”, como registra um inspetor escolar. A baixa frequência, um dos grandes obstáculos enfrentados pela escola pode configurar, também, a não-aceitação, simples e imediata, do saber legitimado pela escola.

Essa tensão resultante entre o movimento de afirmação social da escola e a resistência dos atores envolvidos revela as contradições e os impasses experimentados no processo de organização e constituição de uma cultura escolar mineira, que merecem permanente investigação.

Importa de todo modo registrar que a chamada Reforma João Pinheiro, tendo inaugurado uma nova cultura escolar no ensino primário ao mesmo tempo em que provocava mudanças no programa das Escolas Normais de modo a que pudessem dar conta da formação do magistério para nele atuar, desencadeou em Minas Gerais um intenso movimento de afirmação social da escola que se estende pela primeira metade do século XX.

Esse período é de fato marcado por sucessivas reformas nesses dois níveis de ensino. Dentre elas constitui um novo marco aquela empreendida em 1927 no governo do Presidente Antônio Carlos conduzida por seu Secretário do Interior, Francisco Campos. As inovações pedagógicas por ela provocadas foram fortemente influenciadas por estudos originários da Psicologia Educacional, e podem ser sintetizadas na adoção em larga medida dos princípios e procedimentos do movimento internacionalmente conhecido como Escola Nova. Sumariamente, trata-se de uma proposição educativa que a um só tempo preconizou o abandono de práticas escolares representadas como retrógradas e autoritárias na medida em que ficavam centradas no professor como condutor de todo processo educativo, e defendeu a idéia de uma “escola ativa”, centrada agora no aluno, que então passaria a ocupar lugar de destaque na condição de sujeito de sua própria aprendizagem e, diante da crença em sua capacidade de resolver problemas propostos, deixava de figurar como sujeito passivo. Decorrente natural, novos programas de ensino são organizados, com novas disciplinas ou com a reformulação das já presentes e novas metodologias.

As repercussões desse movimento escolanovista espalham-se por todo o País e prolongam-se nas duas décadas seguintes. De fato, a década de 1930 conheceria o movimento dos “pioneiros da educação”, auto-proclamados “progressistas” que defendiam a organização em todo o País de uma rede de ensino público e laico, de novas bases, desgarrado das influências da Igreja, opondo-se assim aos que consideram “conservadores”. Ora, ao fazê-lo entram em rota de colisão com os Católicos, fato objeto já de muitos debates.

É este intenso movimento de escolarização do social que atravessa a primeira metade do século XX, no âmbito de Minas Gerais, que nosso trabalho de pesquisa se insere abrindo uma nova linha de investigação para ampliar os estudos já produzidos sobre as práticas escolares nos Grupos Escolares de municípios mineiros, iniciando com nosso trabalho pesquisando um dos primeiros grupos escolares do estado de Minas, isto é o terceiro grupo escolar criado no Estado e o primeiro na cidade de Sabará.

A criação dos Grupos Escolares, com a reforma do ensino primário de 1906, trouxe um novo modelo de escolarização. Esse novo molde escolar foi determinante para a constituição paulatina de seu campo disciplinar. Para tanto concorreram, dentre outros motivos, a introdução do ensino seriado, com quatro anos de duração; a constituição de turmas com alunos de idade homogênea; a conformação e prescrição de um programa de ensino; a definição de horários específicos e a previsão de construção de espaços para a sua realização; e, ainda, a produção de representações sempre positivas sobre sua participação na educação das crianças. Nesse movimento, aparece também uma discussão inicial, que envolve os agentes escolares, sobre a pertinência de se ter um professor(a) especificamente responsável pela série.

A necessidade de sua presença na educação das crianças foi produzida e realçada nos sucessivos ordenamentos legais, a partir de 1906, e pode ser exemplificada com uma recomendação sempre presente nas reformas do ensino primário, expressa aos diretores(as) e professores(as): “Não se descuide desta parte da educação das crianças na escola porque della depende desenvolvimento physico dos futuros cidadãos”. Era também representada como fundamental para o “aperfeiçoamento dos sentidos humanos”. Tais representações postas em circulação legitimam sua inserção na cultura escolar que se afirmava em Belo Horizonte.

Os programas escolares conformados, a partir de 1906, incluíam novas metodologias para o ensino da leitura e da escrita e diversas práticas corporais precisas e sistematizadas de marcante caráter racional e higiênico. Inicialmente, foram exclusivamente as marchas e evoluções militares, e a elas são paulatinamente acrescentadas as minuciosas séries de exercícios físicos, baseadas na Ginástica Sueca, então o Método autorizado. Mais tarde, a partir da reforma do ensino mineiro preconizado por Francisco Campos, em 1927, é o Método Francês que se consolida e passa a orientar o ensino de Ginástica.

### Grupo Escolar Paula Rocha, município de Sabará

A necessidade de se criar um grupo escolar na cidade de Sabará era motivo de discussões políticas e mobilizava a sociedade sabarense que atribuía grandes dificuldades ao ensino ministrado até então, pois as cadeiras isoladas, sem instalações adequadas, um único professor para atender aos diferentes níveis de ensino dos alunos, estavam entre as dificuldades apontadas. Pelos motivos expostos anteriormente, compreende-se que a instalação do Grupo foi muito esperada pela sociedade. O Grupo Escolar de Sabará, fundado no dia 4 de julho de 1907, foi o terceiro grupo a ser criado em Minas Gerais, no Governo João Pinheiro, sua criação se deu com a reunião de 6 cadeiras existentes na cidade de Sabará.

A precariedade em que se encontravam as cadeiras da cidade de Sabará antes da criação do grupo era freqüentemente debatida e relatada em diversas fontes analisadas, entre elas jornais locais e relatórios de inspetores técnicos. A sociedade sabarense acreditava que com a criação do grupo escolar as dificuldades seriam amenizadas, por este motivo, a instalação do Grupo foi muito esperada pela sociedade.

A seguir apresentamos um fragmento do relatório encontrado no Arquivo Público Mineiro, que data de 4 de maio de 1907, antes da inauguração do grupo, em que o inspetor técnico José Ferreira D' Andrade, descreve as dificuldades encontradas pelas professoras para ministrar o ensino nas escolas isoladas e afirma ter conhecido o local onde o Grupo funcionaria e diz que com a criação deste, que era ansiosamente esperada pela população da cidade, as dificuldades encontradas nas cadeiras isoladas desapareceriam e que o grupo seria convenientemente instalado, sendo vastos seus salões.

*Comecei a inspeção pela cadeira regida pela Ex<sup>ma</sup>. S<sup>ra</sup>. D. Maria José de Azevedo Coutinho, cujo ensino fora há pouco restaurado e que foi installado a 21 de março. Escola suburbana, do bairro denominado Lagôa Secca, funciona na sala principal da casa de residencia da professora, com as dimensões de 5m x 4,50.(...) A mobilia escolar consta de quatro bancos e a mesa da professora emprestada pela Comarca Municipal. O único utensilio é o quadro-negro. No dia seguinte, isto é, a 23 de abril fui ao bairro de N.S. do Ó, visitar a escola mixta regida pela Ex<sup>ma</sup>. S<sup>ra</sup>. D. Anna Camilla do Nascimento. (...) A mobilia, deficiente, também consta de duas carteiras isoladas e 6 bancos lisos. No dia 25 fui visitar a escola mixta da Ponte Grande, regida pela Ex<sup>ma</sup>. S<sup>ra</sup>. D. Francisca de Assis Gomes Baptista. Por falta de uma sala conveniente no bairro da Ponte Grande, com auctorisação do Inspector Municipal, a professora mudou a*

*escola para um vasto salão, no pavimento inferior do edificio em que funcionou a Escola Normal e que está sendo adaptado para o Grupo Escolar de Sabará. A sala estava insufficientemente mobiliada. Aproveitei o ensejo e nesse dia fui conhecer a parte superior do edificio que está sendo preparada para o Grupo Escolar. O sr. Luiz Candido Pereira, inteligente operario, incumbido de executar as modificações, conforme a planta do digno Engenheiro o Sr. Dr. José Dantas, mostrou-me os vastos salões e mais dependencias e tive prazer verificando que o Grupo vae ficar convenientemente instalado. (...) Felizmente com a criação do Grupo Escolar que é anciosamente esperada pela população desta cidade, desaparecerão estas dificuldades. Será mais um beneficio prestado pelo benemerito Governo a esta velha cidade, digna do auxilio dos poderes publicos. Sabará, 4 de maio de 1907. José Ferreira D'Andrade Inspector tecnico da 1ª circunscrição.*

No dia 8 de julho de 1907 o tão esperado Grupo Escolar de Sabará foi inaugurado. O corpo docente constava de oito educadores permanentes: o diretor Sr. Francisco Antunes de Siqueira e as professoras Rita Cassiana Martins Pereira, Maria da Conceição Moreira, Maria Ursula de Vilhena Moraes, Emilia Luiza de Lima, Francisca de Assis Gomes Baptista, Maria José de Azeredo, Maria Luiza de Menezes e o Sr. José Augusto Rocha. A matrícula registrava o número de 340 alunos em dezembro do mesmo ano.

O Grupo Escolar de Sabará teve este nome por pouco tempo. Em um relatório de 1911, já encontramos o nome Grupo Escolar “Paula Rocha”, em homenagem a Séptimo de Paula Rocha, um ilustre professor que lecionou em escolas sabarenses e teve um colégio particular com internato, onde funciona atualmente o Museu do Ouro. Paula Rocha lecionava latim, literatura, francês e português. Foi também presidente da Câmara Municipal em 1910 a 1913 e fiscal do governo federal.

No primeiro ano de funcionamento do grupo, os inspetores de ensino que o visitavam, afirmavam que o prédio precisava de reforma, porém, por ser um grupo fundado a pouco, este já satisfazia a necessidade da população. Os trechos abaixo, retirados de dois relatórios de dezembro de 1907 – do inspetor técnico Arthur Queiroga, encontrados no Arquivo Público Mineiro, comprovam a afirmação:

*"o edificio escolhido, se não satisfaz as exigencias architectonicas prescriptas pela hygiene escolar, constantes do art 1o do Regim. Interno, é todavia toleravel até novos trabalhos de adaptação, por ser um dos melhores da cidade, em situação e dimensões.*

*"É tolerável até novos trabalhos de adaptação", dissemos acima, porque há a se fazer em seus salões, em o lado posterior, concertos que consultão com a necessidade superior do arejamento e iluminação."*

*"Não implicão affirmação absoluta os termos com que aprecio a vida do grupo. A apreciação está feita sob o ponto de vista do tempo e das condições delicadas do organismo, fundado bontem, pode-se dizer, por determinação de urgencia indicada a cura do meio educativo mineiro.*

*Carece de muita cousa ainda para attingir o ponto dos desejos geraes: - a perfeição com os melhores modelos".*

Porém, no final de 1911, as reclamações feitas à arquitetura do grupo ainda persistiam, a diretora do grupo neste ano, a professora Maria José dos Santos Cintra, em um de seus relatórios, enviado ao Secretário do Interior, afirmava que o edifício escolar não oferecia as condições higiênicas e pedagógicas exigidas no período, pois os salões da parte inferior do grupo, em que funcionavam algumas das salas de aula, não eram ventiladas e possuíam pouca iluminação.

Essas reclamações a respeito do prédio escolar onde funcionava o grupo permaneceram por muitos anos. Encontramos em vários relatórios reclamações sobre o edifício e pedidos de verba para alguns reparos e concertos. O Grupo Escolar Paula Rocha funcionou como Escola Anexa da Antiga Escola Normal Delfim Moreira até 1925, ano em que foi transferido para um novo prédio, onde até hoje funciona sua sede. A partir de então, as reclamações passaram a ser menos frequentes.



Hoje, com o nome “Escola Estadual Paula Rocha”, possui farta documentação guardada desde a época de sua inauguração. No desenvolvimento da pesquisa constatamos que ele possui um acervo de documentos preciosos para a história da educação mineira, cuidadosamente guardada ao longo do tempo. A começar por sua arquitetura — já ele mesmo um patrimônio a revelar o movimento educativo que nos interessa —, lá encontramos em um Salão Nobre objetos de inestimável valor histórico: mobiliário e utensílios escolares do início do século XX; documentos produzidos pelo corpo docente do Grupo, desde a inauguração.

Temos como proposta fazer uma pesquisa histórica sobre uma instituição educativa que contemple as conflitualidades internas da instituição em questão e suas práticas cotidianas. Compartilhamos com a idéia de Peres (2000) quando diz que as práticas escolares são todas as vivências, as experiências e as ocorrências escolares, ou seja, todas as práticas cotidianas construídas no interior da escola, entretanto mantêm uma relação direta com o mundo exterior. Não é fácil fazer um estudo que contemple essa perspectiva, o interior das escolas, o universo da sala de aula estão rodeados de silêncios.

Neste sentido, os arquivos escolares são de grande importância na tentativa de (re) construir o cotidiano escolar, e por isso merecem uma atenção especial. Eles guardam uma documentação significativa sobre a história da escola. Com o propósito de investigar as práticas e representações produzidas em torno da cultura escolar no interior de uma instituição e suas relações com a sociedade local, em uma cidade do interior de Minas, como Sabará realizamos um levantamento de toda a documentação alocada nesta instituição, dentre os quais destacam-se: livros de matrícula, livros de ponto, termos de visitas, livros de posse, atas de reuniões, inventários, termos de exames, termos de instalação dos trabalhos do grupo. Além desse acervo, inventariamos os documentos que se encontram na Casa de Borba Gato, da cidade de Sabará. A localização de fontes para a pesquisa estende-se para o Arquivo Público Mineiro (APM), localizado em Belo Horizonte. Nele estão guardados 18 relatórios produzidos pelos diretores do Grupo Escolar Paula Rocha, do período de 1907 a 1918, já inventariados.

Este trabalho tem como objetivo também demonstrar as práticas docentes no interior de uma instituição em diferentes momentos históricos. Os Livros de matrícula, os manuais escolares, assim como os cadernos de pontos de alunos e professores revelam-nos o modo como a sociedade se relaciona com o saber, os valores, as apropriações e mediações entre professores, alunos, diretores, inspetores e a sociedade local. Diante da efemeridade e crescente desvalorização desses objetos, estamos realizando este trabalho na Escola Estadual Paula Rocha, onde se encontram farta documentação, mobiliário, manuais que possibilitarão ajudar a conhecer os saberes didáticos, as rotinas, os ritmos, as vivências e emoções que a escola proporcionou a docentes e discentes de várias gerações.

Investigar as representações e práticas mobilizadas no aprendizado da leitura e da escrita no Grupo Escolar Paula Rocha exige penetrar o quanto possível na cultura escolar que nele se organizava — é em seu interior que se podem captar os procedimentos relacionados à aprendizagem das crianças.

A pesquisa sobre as práticas escolares de crianças possibilita aprofundarmos algumas categorias como infância, metodologia, materiais escolares, práticas e instrumentos pedagógicos. As práticas e rotinas pedagógicas, bem como as alterações de conteúdos curriculares e seus significados científico, social e político, assim como os materiais didáticos produzidos e utilizados pelos alunos e professores permanecem desconhecido para os pesquisadores e o grande público em geral.

As primeiras décadas do século XX marcam profundas mudanças no cenário educacional mineiro: construção dos grupos escolares, ampliação das vagas, inovações metodológicas, e outras. Sabemos também que toda mudança é também acompanhada de movimentos de adesão e resistência; para conhecer a dinâmica desses movimentos educacionais que vem acompanhado de novos paradigmas metodológicos é necessário penetrar no cotidiano da prática escolar buscando apreender as maneiras como eram materializadas pelas professoras, e suas possíveis repercussões junto aos alunos e seus pais.

Na biblioteca do Grupo Escolar Paula Rocha encontra-se um número significativo de manuais escolares destinados a aprendizagem inicial da leitura e da escrita de diferentes metodologias: cartilhas silábicas, cartilhas analíticas e cartilhas mistas. O manuseio dessas fontes trazem interrogações: esses manuais eram os mais utilizados pelas Professoras? Seriam eles autorizados para as práticas de alfabetização, isto é, as cartilhas 'oficiais'? As professoras seguiam as orientações governamentais? Faziam alterações metodológicas? Quais as cartilhas mais utilizadas? Como estavam sendo recebidos os novos materiais? Quais eram as cartilhas que as professoras solicitavam para uso em suas classes? Eram atendidas em seus pedidos?

Para realizar este trabalho estamos nos apoiando nas perspectivas conceituais e os procedimentos metodológicos que a história cultural da sociedade abre para a historiografia da educação mineira.

Para Marta Carvalho e Clarice Nunes (1993), a história cultural da sociedade tem demonstrado crescente interesse pela escola “enquanto uma das 'instituições mediadoras' que são seu objeto de estudo privilegiado” (p. 46), distanciando-se assim de uma “história das idéias” ao se recusar “em trabalhar com idéias desencarnadas das práticas dos agentes que as produzem ou das formas impressas que as põem em circulação, possibilitando que sejam apropriadas” (p. 48).

Trata-se de uma perspectiva que se desloca dos estudos de modelos culturais dominantes para estudos em que o que importa é determinar as múltiplas e diferenciadas formas de apropriação destes modelos. Isso impõe problematizar e superar “a ênfase exclusiva nas estratégias escolares de imposição de modelos culturais” para então perguntar “sobre os usos, plurais, que os diversos agentes escolares (alunos, professores, diretores, técnicos) fazem deles”; no mesmo movimento, indagar “sobre o modo como as práticas escolares se apropriam de outras práticas culturais, 'escolarizando', por assim dizer, saberes constituídos fora delas, padrões de comunicação, modos de relacionamento social etc”; ainda, “investigar os múltiplos usos escolares de objetos culturais como o livro, por exemplo” e perguntar “sobre os usos não escolares dos saberes ensinados na escola” (p. 57).

Carvalho e Nunes propõem “desnaturalizar” a escola enquanto objeto de investigação, concebendo-a como produto de práticas (...) diferenciadas que se entrecruzam sob formas distintas (desde relações de complementaridade até relações de contradição)”. Cada vez mais afirma-se a necessidade de afinar o olhar de maneira a compreender a singularidade das diferentes práticas educativas que tomaram forma em momentos históricos diferenciados. Para tal, faz-se necessário dialogar com diferentes campos da produção científica para compreender os sujeitos envolvidos em tais práticas, sua dinâmica e especificidade, seu lugar na cultura e relações com as diversas formas e espaços de poder instituídos.

#### Considerações parciais

Desenvolver um projeto de pesquisa sobre a evolução do ensino a partir da análise de uma instituição escolar – Grupo Escolar “Paula Rocha”, significa uma tentativa de recuperar a trajetória de uma das instituições escolares mais antigas de Minas Gerais com o desejo de demonstrar sua importância para o desenvolvimento social e cultural da cidade de Sabará, propondo uma inter-relação entre a escola e a História da Educação mineira.

Ressaltamos também a riqueza deste trabalho, pois este contribui no processo de construção da memória histórica do Grupo Escolar Paula Rocha, que foi uma importante instituição educativa que existiu no início do século passado. Uma pesquisa desta natureza contribui na construção de novas formas de interpretação que valorizam os sujeitos que estão envolvidos no processo educativo, investigando o cotidiano no interior de uma escola sem desconsiderar as especificidades regionais.

As investigações no campo da História da Educação têm passado por algumas mudanças, nestes últimos tempos. Entre essas mudanças destacamos a possibilidade de se ter um olhar mais abrangente sobre os espaços que são destinados à educação escolar e ao mesmo tempo, é possível buscar as especificidades e as singularidades existentes em cada instituição educativa.

Conhecer as singularidades da Instituição Educacional em questão é dar visibilidade aos atores que estão envolvidos nela e investigar o que se passa em seu interior. Porém é necessário levarmos em consideração, as relações desta instituição com a comunidade sabarense. Para isto, buscamos nos jornais sabarense em circulação na época, registros da expectativa à cerca da inauguração do grupo e as festas escolares promovidas pela instituição, que contavam com a colaboração da sociedade.

Além disto, este trabalho trata-se de um estudo que busca uma interligação das especificidades da instituição às questões maiores da História da Educação Brasileira. Segundo Oliveira e Gatti Junior (2002):

*"Historiar uma instituição educativa tomada na sua pluridimensionalidade, não significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo. (...) Neste sentido, é significativo privilegiar as novas interpretações que realçam a História Regional, objetivando fazer a ponte entre a totalidade e a singularidade.(...) Assim, historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade". (p.74)*

A pesquisa tem nos possibilitado a construção de novas formas de interpretação que valorizam os sujeitos que estão envolvidos no processo educativo, investigando o cotidiano no interior de uma escola sem desconsiderar as especificidades regionais. Posteriormente pretendemos investigar outros grupos escolares, o Grupo Escolar Paula Rocha, de Sabará, é ponto de partida, pois é nossa intenção contemplar, na seqüência de nossos estudos, estudos sobre outros Grupos Escolares contemporâneos ao de Sabará, pois isso nos possibilitará aproximar e cruzar dados de fontes diversas que permitam acompanhar e realizar estudos comparativos sobre o movimento de escolarização em Minas Gerais.

## BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO / Secretaria do Interior. Códice: 3270. Relatório de Inspeção técnica/ 1ª circunscrição a 6a, 1907.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Coleção de Leis e Decretos. Regulamento do Ensino Primário de Minas Gerais, 1911

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria do Interior (1900-1912). Relatórios de Inspectores e Diretores enviados a Secretaria do Interior.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de.; INÁCIO FILHO, Geraldo. Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão: a educação pública no período republicano (Uberlândia, 1911-1930). Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v.1, n. 1, jan./dez.2002, p.73-76.

CARVALHO, Marta M. Chagas & NUNES, Clarice. Historiografia da educação e fontes. Cadernos Anped, n. 5, Porto Alegre (RS), p. 7-64, set., 1993.

CARVALHO, Sílvia Aparecida Santos de. O ensino da leitura e da escrita: o imaginário republicano (1890-1920). São Paulo. PUC. 1998. (Dissertação de Mestrado).

CHARTIER, Roger O mundo como representação. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 5, n. 11, jan./abr., 1991.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC, v. 7, n. 13, p. 97-114, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte—1906/1918. Bragança Paulista: USF.2001 .



Gomes, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v.2, n.21, 1998. p. 121-8.

LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui? Le Débat. Paris, n.54, mar/abr. de 1989.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Lúcia Casasanta e o método global de contos; uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG. 2001. (tese doutorado)

MENUCCI, Sud. Cem anos de instrução pública (1822-1922). São Paulo. Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia. 1932.

MOACYR, Primitivo. A instrução e as províncias (1834-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MORTATTI, Maria do Rosario L. Os sentidos da alfabetização. (São Paulo - 1876-1994) .São Paulo: Editora UNESP/COMPED. 2000.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo do Império. Belo Horizonte, Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos problemas. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M.M.; GATTI JR, Décio. História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v.1, n. 1, jan/dez.2002, p.74.

PERES, Eliane Teresinha. Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública gaúcha (1909-1959). Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFMG, 2000. (Tese de doutorado).

PFROMM NETO, Samuel, ROSAMILHA, Nelson, DIB, Cláudio Zaki. O livro na educação. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974. 256p.

SOARES, Magda. Alfabetização: o estado do conhecimento. Brasília: INEP, 1986.

SOARES, Magda. Apresentação. In: Mortatti, Maria do Rosario L. Os sentidos da alfabetização. (São Paulo - 1876-1994). São Paulo: Editora UNESP/COMPED. 2000.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos; a educação physica e a gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). FEUSP, São Paulo, 1999 (Tese Doutorado).

VEIGA, Cynthia Greive. Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Campinas, Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, 1994. (Tese - doutorado em Educação).

*Recebido em Junho de 2004  
Aprovado em Agosto de 2004*